

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: A DÉCADA DE 1930

META

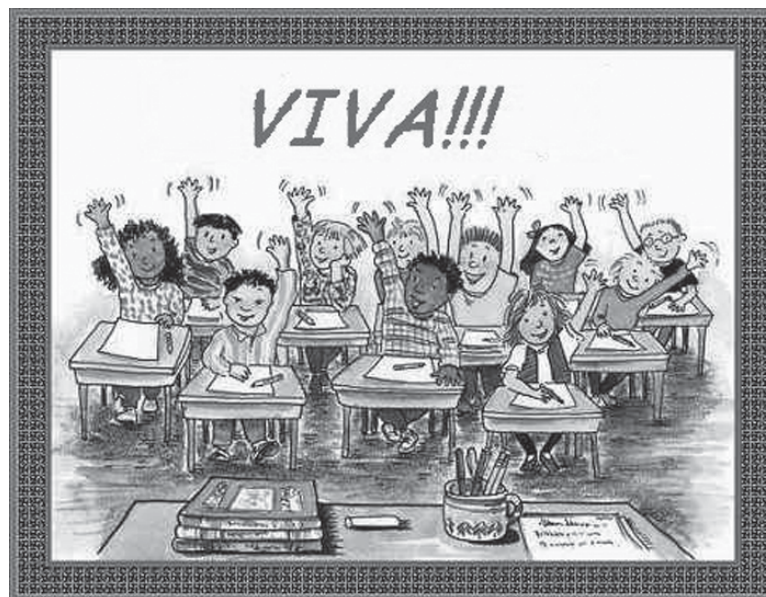
Demonstrar as lutas empreendidas pelos educadores para ampliação da escolarização no Brasil, a reivindicação de um Plano Nacional de Educação e as primeiras discussões para a elaboração da primeira LDB 4.024/61.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
analisar a organização, estrutura e funcionamento do sistema de ensino brasileiro dentro do contexto sócio-econômico, político e cultural.

PRÉ-REQUISITOS

Conhecimentos acerca da política educacional no Brasil desde o Império até a década de 1930.



Crianças na sala de aula.
(Fonte: <http://www.alexandracaracol.com>)

INTRODUÇÃO

Olá,

Lembram-se de que, na aula passada, falamos sobre a política educacional no Brasil colônia e império? Nesta aula, conheceremos um pouco mais sobre estas políticas a partir da década de 1930.

No início do século XX, o Brasil vive num processo de transformações sociais, econômicas e históricas que requer dos governantes tomadas de decisões frente aos incentivos da implantação da indústria brasileira e a urbanização nas principais regiões brasileiras e como consequência impulsiona mudanças nas políticas públicas no que se refere, especialmente, ao sistema educacional.



Educadora.
(Fonte: <http://www.cpmoye.com.br>).

A DÉCADA DE 1930

A década de 1920 assistiu a um despertar de uma nova consciência nacional. Surgiu grande mobilização em torno da educação escolar. Defenderam-se os princípios da obrigatoriedade, gratuidade, descentralização e planificação nacional da educação.

As mobilizações e os esforços educacionais, iniciados nesta década, podem ser caracterizados como uma tentativa de democratização e de adaptação do ensino às condições da sociedade brasileira. O ensino, então, assumiu uma nova estrutura, seguindo pressões de uma nova demanda educacional por parte da população urbana, preocupada com o processo de industrialização e modernização da sociedade.

Essas mobilizações e pressões se manifestaram num novo dualismo: ensino profissional e ensino secundário. O primeiro, destinado aos pobres a fim de formar mão de obra para a indústria, comércio e agricultura; o segundo, para a elite condutora do país.

As preocupações ligadas aos sintomas da intensificação da migração rural-urbana marginalizaram a educação através da regionalização do ensino (uma tentativa de adequar a escola às condições do meio, através do ruralismo pedagógico), criando, assim, escolas de “natureza rural”, objetivando conter a migração em suas fontes.

Com o nascimento da Radiofusão, em 1923, funda-se a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro com fins exclusivamente científicos, técnicos e artísticos e de pura educação popular e com programação de aulas, conferências e palestras para o público.

Quanto aos aspectos sociais, o proletariado e a classe média urbana passaram a ter maior importância na estrutura social. Acentuaram-se as desigualdades entre o “urbano” e o “rural”, centro e periferia, no interior do País, desenvolvendo-se um “colonialismo interno”, graças ao crescimento industrial.

Com a crise de 1929 e a 2ª Guerra Mundial, aconteceu uma dissolução do mercado internacional de exportação primária. Inicia-se, a partir daí, o modelo de substituição de importações com ênfase na industrialização oportunista, pois, neste período, a produção industrial no Brasil cresceu 250%.

A partir da década de 1930, em torno do Governo Provisório, desenvolveu-se a ideologia populista como mecanismo de mobilização das massas para o “consenso social” e o “congelamento” dos conflitos e tensões sociais. A revolução de 1930 assumiu as reivindicações dos movimentos de reformas, mas a sociedade fazia da educação uma característica social das elites. Criou-se, então, o Ministério da Educação e Saúde. O Estado se fortaleceu por meio das novas funções econômicas que assu-

miu, garantindo, assim, uma “falsa participação” das massas em torno das questões relativas à educação.

Neste sentido, uma série de reformas se apresenta no cenário brasileiro, a saber:

Reforma Francisco Campos - ampliou a atuação das funções federais no ensino. No secundário, todos os estabelecimentos mantidos pelos Estados e pela iniciativa privada tiveram a oportunidade de se equipararem ao Colégio Pedro II com a mesma organização e submetendo-se à inspeção federal, desde que acatassem a organização didática e o regime criado pelo decreto n.º 20.158 de 30/06/31. Ainda, no ensino secundário, esta reforma criou o currículo seriado, a frequência obrigatória, a estruturação do curso em dois ciclos totalizando sete anos: o fundamental – com cinco anos – e complementar – dois anos.

Com o fim da segunda Guerra Mundial, o capital estrangeiro voltou a redefinir um novo “modelo”, prosseguindo o processo de modernização da sociedade industrial e urbana, mas sob o impacto da instabilidade e insegurança derivadas do populismo. Nesse período, há uma grande expansão do ensino, pois a classe média e o operariado aumentaram a pressão por oportunidades educacionais; o ensino profissional se desenvolveu e foi estimulado para ser equivalente ao ensino secundário. Começou-se, também, a preparar uma abertura do ensino superior para as massas; houve inúmeros debates sobre a LDB que mobilizaram a opinião pública nacional; o ensino supletivo e o ensino noturno se difundiram nas classes desfavorecidas; constatou-se um esforço governamental relativo à preparação de professores com bolsa de estudos por meio da CAPES e CNPq.

Neste contexto, floresceram movimentos educacionais voltados para a educação de adultos e para a cultura popular. Constataram-se o fortalecimento das classes médias e do proletariado, mobilizadas por sindicatos e partidos políticos que disputavam o apoio popular. Também existiam conflitos de classes no setor rural, mobilização dos camponeses através de sindicatos e das ligas camponesas do Nordeste.

Assim, a burguesia se viu ameaçada de não poder manter sua posição, face ao crescimento da força das massas urbanas em permanente mobilização. A ideologia dominante da época oferecia a legitimação do “congelamento dos conflitos”, pela busca da “harmonia nacional”. Camuflava-se, ideologicamente, a luta entre os interesses antagônicos das classes, com a predominância da preocupação com a justiça sobre o crescimento econômico, sustentado pelo ideal de Desenvolvimento Nacional. Este ideal era caracterizado por mobilização política das massas, fortalecimento dos partidos com base popular, desenvolvimento da ação sindical, extensão dos direitos sociais, reação contra as oligarquias, tensões devido às questões agrárias e proposta política de reforma de base.

Com base nestes acontecimentos, uma série de atos oficiais foram implementados a partir da constituição de 1946, que retomou a orientação descentralizada e liberal da carta de 1934, restabelecendo grande parte de seus dispositivos sobre a educação. “Assim, a União fica incumbida de legislar sobre as “[...] Diretrizes e Bases da Educação Nacional e de organizar o sistema federal de ensino de caráter supletivo, estendendo-se a todo o país nos estritos limites das deficiências locais” (art. 5 e 170).

Neste sentido, algumas leis foram criadas para inovar a política educacional: Lei Orgânica do Ensino Agrícola; Lei Orgânica do Ensino Primário; Lei Orgânica do ensino Normal; Criação do Ensino Supletivo; Criação do SENAC; Criação do INEP; Criação do Movimento da Cultura Popular do Recife (1960); Criação do Movimento de Educação de Base do centro Popular de Cultura do MEB e a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 4.024/61 que instituiu o primário, o ginásio com seu exame de admissão.

O nível médio e o superior eram legislados através da LDB do Ensino Brasileiro fundamentado em princípios liberais que não foi implantada plenamente ante a tomada do poder pelos militares em 1964 que fechariam vários institutos legais, descaracterizando-os ao longo do período militar.

ATIVIDADES

Pesquise, no site do MEC, as reformas e a Lei 4.024/61, identificando objetivos e finalidade da educação em nível nacional. Destacar os aspectos mais pertinentes dessa Lei no que se refere à obrigatoriedade da educação e aos sistemas de ensino.



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

No Art. 1º ficam estabelecidos os princípios e finalidades da educação e que estes estão ancorados nos “[...] princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”. Em relação aos aspectos de pertinência da Lei e à criação do Conselho Federal de Educação, a educação torna-se um “[...] direito de todos e será dada no lar e na escola”, sendo sua obrigatoriedade o ensino primário. Em relação aos sistemas de ensino Art. 12 “[...] atenderão à variedade dos cursos, à flexibilidade dos currículos e à articulação dos diversos graus e ramos”. Destacam-se, ainda, as competências dos Estados e do Distrito Federal.

CONCLUSÃO

Uma série de atos, discursos e mobilizações – promovida por intelectuais à frente da proposta de ampliar as oportunidades educacionais para o povo – passou por longos treze anos de debates acerca da Planificação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024/61 – a qual foi aprovada para todo o Brasil, restando sua aplicabilidade em todo o território nacional. A política governamental deu início a uma série de atos oficiais a partir da Constituição de 1946, que retomou a orientação descentralizada e liberal da carta de 1934, restabelecendo grande parte de seus dispositivos sobre a educação.



RESUMO

As lutas empreendidas pelos intelectuais da época para inovar a política educacional resultaram na criação de uma série de Leis, a saber: Lei Orgânica do Ensino Agrícola; Lei Orgânica do Ensino Primário; Lei Orgânica do ensino Normal; Criação do Ensino Supletivo; Criação do SENAC; Criação do INEP; Criação do Movimento da Cultura Popular do Recife (1960); Criação do Movimento de Educação de Base do centro Popular de Cultura do MEB e a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 4.024/61 que instituiu o primário, o ginásio com seu exame de admissão. A aprovação da LDB nº 4.024/61 foi um grande avanço para a sociedade oportunizando a gratuidade do ensino primário para todos os brasileiros. O ensino brasileiro fundamentado em princípios liberais, contudo, não foi implantado plenamente ante a tomada do poder pelos militares em 1964.



AUTO-AVALIAÇÃO

Sou capaz de tecer comentários acerca das competências dos Municípios, Estados e Distrito Federal em relação à obrigatoriedade do ensino primário no Brasil?

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, conheceremos a política educacional brasileira na década de 60 e durante a ditadura militar.



REFERÊNCIAS

- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo: 1986
- GERMANO, José Willigton. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.
- PELLANDA, Nize Maria Campos. **Ideologia, educação e repressão no Brasil pós - 64**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação Brasileira**. A organização escolar. 14 ed. Campinas: São Paulo, 1995.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 14 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- SOARES, Maria José Nascimento. **Educação municipal em Simão Dias: reconstituição histórica (1970-1990)**. 1996. 139/f . Dissertação (Mestrado em Educação) Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 1996